

PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

Sangue. A Funai conseguiu

As 8 horas da manhã de 8 de junho pp., a Funai conseguiu, finalmente, o cadáver que desejava para sua pretensão de sepultar a luta do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe pela recuperação dos 36 mil hectares de terras usurpados por fazendeiros no Sul da Bahia: No chão da sede da Funai no P.I. Paraguaçu, jazia, numa poça de sangue, o cacique Edisio Pereira da Silva. Aturdido, sem entender bem o que fizera, o líder Higino Francisco Muniz saiu da casa, segurando ainda a faca com que golpeará Edisio. Andou poucos passos e foi preso pelos agentes da Polícia Federal que guarnecem aquela área indígena, desde que os Hã-Hã-Hãe voltaram para lá, em abril do ano passado, após 47 anos de diáspora (Ver PORANTIM nºs 40/41).



Higino, o líder levado ao desespero...



... pelos recuos que a Funai impôs a Edisio

Foram presos, também, dois irmãos de Higino: Domingos e Sebastião que, juntamente com grande número de índios, se encontravam na sede, onde se realizava uma reunião convocada pelo economista da Funai, Antônio Severino Botelho, uma espécie de interventor de Brasília na área dos Pataxó Hã-Hã-Hãe. A Polícia Federal prendeu, ainda, no mesmo dia, os líderes Nailton Muniz de Andrade, sobrinho de Higino, e Samado Santos. Eles ficaram detidos três dias em Ilhéus, onde foram interrogados pela Polícia Federal.

Em Brasília, o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, (que seria demitido do cargo menos de um mês depois), informado imediatamente do acontecido, telefonava para repórteres, tirando-os da cama, para transmitir, exultante, a notícia. Na entrevista coletiva que deu à tarde, Leal garantiu que ordenara uma investigação rigorosa sobre o crime, para descobrir os "insufladores da desarmonia entre os índios". Chegou a insinuar, inclusive, sem muita sutileza, que o Cimi seria um desses "insufladores" e responsável pela morte de Edisio.

Existem, certamente, terceiros responsáveis pela morte ocorrida no Posto Indígena Paraguaçu. Reduzir a tragédia dos Hã-Hã-Hãe a um desentendimento pessoal entre Edisio e Higino, é, no mínimo, ingenuidade; possivelmente, má fé. Basta conhecer os interesses em conflito, na área que os Pataxó Hã-Hã-Hãe estavam recuperando, depois de quase 50 anos de espoliação. Acusar, porém, o Cimi e organismos indigenistas, é tentar estender uma cortina de fumaça sobre a criminosa responsabilidade da Funai pelo desespero dos

Hã-Hã-Hãe. FUNAI DIVIDIU

Os protagonistas da cena de sangue de 8 de junho representavam posições antagônicas dentro da luta dos Pataxó Hã-Hã-Hãe. Não porque Edisio, o cacique, e Nelson Saracura e outros desejassem os 36 mil hectares com menos paixão do que Higino, Samado e Nailton. O que se passou foi que, mais uma vez, a Funai conseguiu, com suas promessas falaciosas, dividir os Pataxó Hã-Hã-Hãe. Edisio e Saracura acreditavam que a demarcação dos 1.200 hectares da Fazenda São Lucas, definidos, a 9 de fevereiro pp., como área indígena, pela liminar favorável ao interdito proibitório apresentado pela Funai à Justiça Federal em Salvador, seria o primeiro passo para a recuperação total dos 36 mil hectares da reserva original. A Funai, interessada em esvaziar a incômoda reivindicação dos Hã-Hã-Hãe, convenceu Edisio da necessidade de uma demarcação que, segundo Nailton, Samado e Higino, não tinha o menor sentido: por que demarcar uma área pequena, provisória, já garantida, dentro de um espaço maior pelo qual se tinha ainda muito que lutar? Por que, ao contrário, não aviventar os antigos limites dos 36 mil hectares? Não pretendia a Funai, com essa demarcação dos 1.200 hectares, convencer os Hã-Hã-Hãe de que já tinham sua reserva demarcada e não havia mais por que lutar?

Tanto Edisio e Saracura, de um lado, como Nailton, Higino e Samado, de outro, não se esqueciam de que o coronel Leal já dissera a uma delegação dos Hã-Hã-Hãe, em Brasília, dias 4 e 5 de janeiro

pp., que se contentassem com 6.500 hectares - a fazenda São Lucas e mais alguns trechos de terra imprestável que os fazendeiros tinham concordado em "ceder" para os índios. "Dá pra vocês botarem mil famílias lá dentro, trabalhando, vocês não vão encher isso nunca(...). Com 6.500 dá pra vocês ficarem ricos", disse o coronel Leal. Quando, porém o velho Ursulino Fernandes, pai de Saracura, insistiu nos 36 mil hectares ("Queremos o que é nosso!"), Leal esbravejou: "Os netos dos netos de vocês vão continuar brigando por aquilo. Porque é um erro que se arrasta desde 1936. Nós vamos brigar na Justiça, mas eu acho difícil mesmo, e vocês nunca vão ter paz. Nunca, nunca, nunca!" (Boletim da Comissão Pró-Índio-SP, nº 13, fev/mar-83).

Leal e os funcionários da Funai ligados à questão hã-hã-hãe não perdiam nenhuma oportunidade para *queimar* Higino, Nailton e Samado diante das outras lideranças. Veja-se, a propósito, a transcrição da fita gravada no encontro de Brasília, no mesmo Boletim da CPI-SP, páginas 23 a 25. O coronel-presidente da Funai nunca perdoou aos três líderes terem resistido ao degredo para Almada, em outubro do ano passado (Ver PORANTIM nºs 44, 45, 46 e 47/48). A permanência, no PI Paraguaçu, de Nailton, Higino e Samado, à frente de outros 80 Hã-Hã-Hãe, enquanto Edisio, Saracura e a maioria da comunidade aceitavam a mudança "temporária" para Almada, garantiu a continuidade da luta e acelerou o retorno dos degredados, a 8 de dezembro.

Leal também não perdoou as entidades indigenistas - Cimi, Anai-BA, CPI-SP, CTI, entre outras - que ofereceram aliança aos Hã-Hã-Hãe, inclusive com ações na Justi-

ca, contra a "tutora infiel". Por isso, a gana do coronel Leal contra o Cimi (Ver Boletim da CPI-SP, nº 13, pág. 21), e o empenho da Polícia Federal, nos interrogatórios em Ilhéus, logo após a morte de Edisio, em atribuir a "auto-ria intelectual do crime" ao Cimi e ao indigenista Odenir Pinto de Oliveira, assessor parlamentar de Mário Juruna.

ODENIR

A marcação da Polícia Federal em Odenir se explica. Em Brasília, onde estiveram no final de maio, Nailton, Higino e Samado tentaram, inutilmente, fazer a Funai desistir de demarcar os 1.200 hectares. (Ver depoimento de Nailton, à pág. 6). Resolveram, então, em comum acordo com Mário Juruna, recolocar a questão para a comunidade, na volta à aldeia, tendo, qualquer que fosse a decisão, o acompanhamento do sertanista Odenir Pinto de Oliveira, assessor do deputado. Odenir, que nasceu e foi criado numa aldeia dos Xavante, trabalhou longos anos como funcionário da Funai, em área xavante, até ser demitido pelo coronel Nobre da Veiga, em 1980, com outros 30 sertanistas e antropólogos.

Chegando à aldeia, Nailton fez uma reunião, dia 5 de junho, com a comunidade. Ficou decidido que se esperaria a chegada de Odenir, antes de se prosseguir na demarcação. Segunda, dia 6, Nailton viajou para Camacã, para telefonar para Brasília. Ao voltar, quase à noite, soube que o trabalho não fora interrompido. Artes do Botelho. Na terça-feira, dia 7, cedo, saiu a turma que ia trabalhar com o agrimensor na demarcação. Nailton foi ao encontro deles e conseguiu que concordassem em não prosseguir o serviço, até a chegada de Odenir, pos-

sivelmente na quinta ou sexta-feira.

Edisio, ouvindo os argumentos de Nailton e também de Samado, concordou. E, diante dos dois e também de Higino, combinou ir com Nailton a Camacã, no mesmo dia, telefonar para Odenir a fim de saber o dia certo da chegada do sertanista. "Mas se o Odenir não vier - ameacou - eu vou fazer esse trabalho, porque eu, pra meter duas balas na cara de um, não troco a camisa".

De saída para a estrada, Nailton e Edisio passaram pela sede da Funai. Botelho, então, chamou o cacique e o convenceu a desfazer o trato: "Deixe que eu telefono para o presidente (Leal). Fique aqui, Edisio, para fazermos uma reunião amanhã". Nailton, indignado, protestou: "Pois eu vou telefonar, porque nós combinamos isso. Nós somos índios. Não vou deixar de fazer uma coisa ao bem dos índios, para obedecer um pedido traiçoeiro do chefe".

Foi o começo do fim. No dia seguinte, quarta-feira, 8, Botelho reuniu os Hã-Hã-Hãe em sua casa, antes das 8 horas. Nailton estava em Camacã. Higino e Edisio, dentro da sede. Samado fora, junto à janela. Botelho avisou que iria prosseguir a demarcação dos 1.200 hectares, com a cobertura da Polícia Federal. Higino protestou, lembrando o acordo feito, no sentido de se esperar a chegada de Odenir. Edisio apoiou Botelho, dizendo que ia fazer a demarcação de qualquer maneira, que não tinha feito acordo nenhum.

Higino, indignado, transtornado, puxou a faca que carregava e, num gesto rápido, feriu Edisio, mortalmente. Seguindo uma testemunha; Edisio teria tentado ainda tirar um revólver que carregava sempre numa bolsa a tiracolo. Não teve forças. E Botelho, muito depressa, guardou a tiracolo de Edisio agonizante. Higino foi preso em seguida, com seus dois irmãos.

O clima emocional que se instalou na aldeia foi habilmente capitalizado pela Funai para tentar destruir Higino, Nailton e Samado. A Polícia Federal também deu sua contribuição. Ao deter Nailton, que chegou à aldeia à tarde, o "Dr. Afonso" o almeçou dizendo: "Agora você vai para o inferno". E, para Adauto, que acompanhava Nailton: "Você fica aí, e se tentar impedir essa medição, vai ser amarrado e enforcado aqui neste pé de sirigüela".

(Na página seguinte, entrevista de Nailton)

PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

Leal: "Eu vou me vingar do Higino"

Em setembro do ano passado, pouco antes da transferência da maioria dos Pataxó Hã-Hã-Hãe para Almada, o coronel Leal esteve pessoalmente na área indígena Paraguaçu, tentando convencer o líder Nailton Muniz Andrade a embarcar também na canoa furada da transferência. Nailton conta a conversa com Leal:

O coronel me disse assim: "Nailton, vamos fazer uma coisa: você sai daqui; se você não quiser ir para Almada, você vai pra Palmira, onde você já morou. Lá eu lhe dou total cobertura, lhe dou cantina, lhe dou algum dinheiro para você passar por lá, se você quiser dinheiro eu lhe dou dinheiro. Se vocês ficarem aqui dentro, vocês vão perder a questão. Eu dou minha palavra de honra que vocês vão voltar pra aqui. Eu quero que vocês me ajudem porque eu tou gastando muito dinheiro com isso aí."

Então eu disse: "Certo, coronel, eu vou lhe ajudar: eu não vou sair daqui de dentro; porque esse dinheiro que o senhor está gastando, o senhor não vai gastar comigo pra me tirar daqui de dentro. Eu não vou sair daqui e nem vou lhe dar também a despesa de o senhor me trazer de volta pra aqui." Ai ele chegou e disse assim: "Nailton, você pense bem: eu vou voltar a Brasília. Vou lhe dar um prazo pra você pensar, porque você tem que aceitar alguma coisa. Eu não posso manter a Polícia Federal aqui. Se você não aceitar alguma coisa, eu vou tirar a Polícia Federal daqui." Eu disse: "O senhor sabe muito bem o que o senhor pode fazer com o índio. O senhor tá em lugar de pai do índio, e o pai sabe muito bem o que faz com o filho."

Ai ele foi pra detrás do carro, assim conversando; lá ele disse: "Se a gente conseguir tirar o Nailton, Samado e Higino, o resto é muito mais fácil." Isso eu ouvi. Ai ele veio a Brasília e me deu o telefone dele pra mim ligar a cobrar — o telefone da residência dele. Com quatro dias depois, eu liguei pra ele. Ai ele chegou e falou pra mim: "Nailton, eu lhe dou uma fazenda a seu gosto, em

qualquer lugar que você escolher e ainda lhe dou um trator, pra você sair daí." Ai eu disse pra ele: "Coronel, se eu mereço uma fazenda do meu gosto, eu quero aqui dentro das nossas terras, porque é aqui dentro das nossas terras que tem alguma fazenda do meu gosto. E se o índio merece alguma terra fora, o senhor dê onde ele é o dono. Ele falou assim: "Nailton, pense melhor, que eu vou voltar aí na aldeia."

Quando passou mais uns dias, ele foi lá na aldeia. Foi ele, foi o Dercio Cunha, foi o Aélson do Iteba. E ele (Leal) começou a conversar: "Bom, Nailton, eu fiquei de receber uma resposta sua, e hoje eu vim para resolver esse problema." Eu pus a mão assim pra ele e falei: "Coronel, se o senhor veio aqui pra pedir pra mim sair de dentro, o senhor não devia nem ter vindo, porque eu não vou sair daqui. Se o senhor, que é o presidente, não garante trabalhar pra dar a terra do índio, o senhor dá a vaga pra outro. O senhor não fica assumindo, porque o senhor não tem capacidade. Se o senhor tá de olho na bolada do fazendeiro, por mim o senhor não vai ganhar, porque eu não vou sair daqui. E se o senhor tirar a Polícia Federal daqui de dentro, eu vou morrer aqui dentro, porque ninguém — nem o senhor, nem os fazendeiros vai me tirar daqui."

No final de maio pp., Nailton e Higino estiveram em Brasília discutindo, na Funai, a questão de demarcação da Fazenda São Lucas. Os líderes Hã-Hã-Hãe não aceitavam a demarcação dos 1200 hectares. Edísio, porém, que saíra para Brasília antes da data combinada, voltou para a aldeia sem se encontrar, na Capital Federal, com Nailton e Higino. Segundo Nailton, "quando nós chegamos em Brasília, o Edísio já tinha vindo de volta; o presidente da Funai tinha mandado o Edísio de volta, porque eles se combinaram lá o que tinha de fazer."

Mesmo com as decisões já tomadas por Leal, que instruiu Edísio e mandou seu funcionário Botelho para promover a demarcação dos 1200 hectares, Nailton e

Higino insistiram com o coronel-presidente, tendo com ele um áspero diálogo, na presença, inclusive, do deputado Mário Juruna. Nailton conta:

Eu falei a ele: "Coronel, se essas terras não fossem demarcadas, tudo bem. Mas essas terras são demarcadas, tem o mapa aqui. Por que o senhor não marca a reabertura de rumo nas 36 mil, para satisfazer a gente, e pra confiar que a gente tamos seguro mesmo com essa medição lá dentro?" Ele disse: "Eu não posso fazer isso. Se vocês não aceitarem medir lá dentro, vocês perdem a questão." Daí eu falei pra ele: "Mas, Coronel, eu quero ser correto com o senhor: eu não confio na sua palavra, porque o Sr. já me fez umas propostas, já me ofereceu fazenda, com trator e tudo. Eu não acredito na sua conversa. Por que o senhor não abre um decreto: em vez do índio esperar pela Justiça, por que o fazendeiro não espera pela Justiça?"

De nada adiantou a argumentação de Nailton. De volta à aldeia, os ânimos se incendiaram com a intransigência de Botelho, o funcionário que o coronel Leal destacara para "fazer a cabeça" de Edísio. Depois de consumada a tragédia, Nailton voltou a Brasília. Mesmo ausente da aldeia no fatídico dia 8, tinha sido preso, com Samado — por ordem do coronel Leal, conforme lhe disseram os agentes da Polícia Federal, em Ilhéus. Jogados nus numa cela fria, sem colchão, sem coberta e sem comida, foram interrogados dias 9 e 10 de junho. E, quando foram soltos, proibiram-nos de voltar para suas casas, na área indígena. Renovava-se a pena de degredo, que o velho Samado experimentara, quando rapaz, junto com os pais de Nailton. Eram, novamente, "ordens do coronel Leal", que argumentava que os parentes do finado Edísio matariam Nailton e Samado, caso estes voltassem para a aldeia...

Em Brasília, dia 20 de junho, cara a cara com Leal, Nailton soube quem é que realmente pensava em vingança. Ao relatar para o coronel-presidente a situação em que se encontravam Higino e seus irmãos, na cadeia "jogado pelo chão, comendo só uma vez por dia", Nailton pediu que Leal fizesse valer o Estatuto do Índio, cujo Art. 56 prevê o regime de semiliberdade para índios que estejam cumprindo pena por delitos praticados. A resposta de Leal:

"Eu fiquei muito penalizado porque o Edísio morreu: um rapaz bom, um excelente rapaz. Agora eu vou me vingar do Higino." Falou assim, na mesa, lá, pra todo mundo ouvir", conta Nailton. "Eu vou me vingar do Higino." Ele falou duas vezes.

Nailton disse ainda ao coronel Leal:

"Coronel, isso aí que aconteceu, a maior parte da culpa tá em cima do Botelho; e a menor parte eu vou procurar direito pra ver em cima de quem é que está, porque o Botelho cita que foi pra lá pra cumprir a ordem que o senhor deu pra ele. E ele tá lá fazendo a cabeça e jogando um índio contra o outro. E então, se ele cita que o que ele tá fazendo foi ordem do senhor, ele tá delirando um pouco de culpa no senhor também."

Funai leva Kaingang à luta fratricida

Luta pela terra e corrupção são palavras-chaves para explicar como surgiu o conflito que desembocou no massacre do dia 2 de junho na reserva de Guarita, a 480 km de Porto Alegre, entre os municípios de Rendentora, Erval Seco, Tenente Portela e Miraguaí. Cinco Kaingang mortos, treze feridos e uma reserva totalmente dividida formam o saldo do conflito provocado pelos arrendatários e pelo trabalho ineficaz do órgão tutor dos índios.

Pequenas peças como armas que aparecem e desaparecem misteriosamente, contrabando de madeiras, cooptação de líderes indígenas e falta de incentivos financeiros da Funai para dar condições aos índios de se autogerir se uniram formando um mosaico que era o indicador de que conflitos iguais ao do dia 2 poderiam explodir a qualquer instante, bastando para isso a primeira faísca.

A origem de todos os conflitos de Guarita está nos arrendamentos que começaram a ser feitos em 1941, pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio. O então órgão indigenista oficial, a pretéto de complementar as poucas verbas que recebia do Governo central começou a arrendar as terras indígenas. No início dos anos 60 a situação piorou, pois Guarita foi invadida por grupos de sem terras que tinham a expectativa de ver legalizadas as posses que fixavam. Entre 1978 e 1979 a grande maioria dos pequenos e médios ocupantes retirou-se da reserva. Entretanto os grandes invasores e outros ficaram no local, cooptando liderança indígena e corrompendo-as mediante vantagens econômicas e políticas imediatas, para que garantissem, junto ao órgão tutor, o uso das terras arrendadas e a retirada ilegal de madeira da área.

A Funai nunca tomou nenhuma medida efetiva, prevista em lei, para pôr fim aos arrendamentos — atualmente são 238 — nem para evitar a municipalização da terra indígena, reivindicada pelos prefeitos da região.

OMISSÃO

O órgão tutor dos índios foi omissa. Teve três indicações de que o conflito iria acontecer, mas não fez nada para evitá-lo. O primeiro aviso partiu dos chefes dos postos da Funai nas reservas Guarita e São João do Irapuá, Rui Cotrim Guimarães e Lidio Della Betta, respectivamente. No dia 29 de maio eles enviaram um telegrama ao delegado da Funai

no Rio Grande do Sul, Severino de Toni, que trabalhava em Porto Alegre, pedindo providências urgentes, pois o conflito era latente. No mesmo dia o filho do cacique Domingos, Neri Ribeiro, telefonou para De Toni avisando que o conflito estouraria no máximo na terça-feira. A Funai teve a terceira proya do conflito quando, no mesmo domingo, aconteceu uma briga envolvendo índios que estavam do lado do cacique Domingos Ribeiro contra um grupo que estava a favor do cacique Ivo Sales, e um índio foi ferido na cabeça, tendo de ser internado.

"Na tragédia de Guarita a Funai se omitiu, foi incompetente, foi conveniente com os interesses dos arrendatários que ocupam ilegal e imoralmente 80% da área agricultável da reserva, por isso pode ser considerada co-autora em crime de sangue". Com essas acusações a Associação Nacional de Apoio ao Índio — Anai —, núcleo Porto Alegre, levará a Funai à Justiça e tentará responsabilizá-la "em público e em juízo pelos descabros que protagoniza e pelo sangue vertido".

O estopim do conflito de Guarita foi aceso pela Funai quando dividiu a reserva em duas partes, em fevereiro último. Os mais favorecidos com a explosão foram os arrendatários. Alguns chegaram a participar diretamente, fornecendo armas, como foi o caso do agricultor Armando Tirlone que arrumou 50 revólveres, cinco espingardas e 30 quilos de munição para os índios. Rui Cotrim também teve sua participação no conflito fornecendo um winchester a um índio.

No dia 22 de junho o então diretor do Departamento Geral de Operações da Funai, cel. Guarany, e a delegada substituta da Funai no Rio Grande do Sul, Paula Abling, se reuniram com os caciques Domingos e Ivo e várias entidades civis para dar uma solução ao caso dos Kaingang de Guarita. Nessa reunião foi decidido que até o final de maio de 1984 os arrendamentos serão extintos da área, e nessa data a reserva de Guarita voltará a ser um território só. Segundo Júlio Gaiger, presidente da Anai, nessa reunião não foram resolvidos três problemas básicos: o desarmamento dos índios, o contrabando de madeira e a liberação de recursos financeiros para que os moradores de Guarita possam se autogerir. "Sem isso — diz ele — ninguém pode jurar que a paz seja duradoura".



Nailton a Leal: "Se o senhor não garante a terra do índio, dê a vaga pra outro".